

Etnomusicologia e Debate Público sobre a Música no Brasil Hoje: Polifonia ou Cacofonia?

Samuel Araújo

Resumo

Os muitos fóruns de discussão pública, no Brasil e em outras partes do mundo, que hoje tratam direta ou indiretamente de música filtram fontes variadas e influentes entre si no bazar global de práticas e ideias. Discursos artísticos, midiáticos, marqueteiros, acadêmicos e políticos dos mais variados matizes se interferem em ritmo exponencial, ora se estranhando, ora se fundindo, e dando margem a desde apreciações otimistas de sua diversidade às mais pessimistas projeções do que seria seu caráter errante. Entre os augúrios de criativa polifonia e o espectro sombrio da cacofonia, este ensaio se apoia tanto em referentes autobiográficos quanto acadêmicos, procurando contribuir à discussão sobre a singularidade e impacto da etnomusicologia no recente debate público sobre a música e seus fazeres no Brasil.

Palavras-chave: Etnomusicologia; Pesquisa-ação participativa; Políticas Públicas.

Abstract

The many public forums in Brazil and world over which currently deal either directly or indirectly with music draw from varied and mutually influencing sources in the global bazaar of practices and ideas. Artistic, mediated, market-aimed, academic and political discourses from a wide spectrum of viewpoints intersect each other in exponential rhythms, either repelling or melting with one another, opening expectations which range from optimistic appreciations of this diversity to the worst pessimistic projections of its erring character. In between cheerful hopes of creative polyphony and the somber specter of cacophony, this essay draws upon autobiographical as well as academic referents attempting to address the singularity and impact of ethnomusicology in recent debates on music and music-making in Brazil.

Keywords: Ethnomusicology; Participatory Action-Research; Public Policy

Introdução

Os muitos fóruns de discussão pública, no Brasil e em outras partes do mundo, que hoje tratam direta ou indiretamente de música filtram fontes variadas e influentes entre si no bazar global de práticas e ideias. Discursos artísticos, midiáticos, marqueteiros, acadêmicos e políticos dos mais variados matizes se interferem em ritmo exponencial, ora se estranhando, ora se fundindo, e dando margem a desde apreciações otimistas de sua diversidade às mais pessimistas projeções do que seria seu caráter errante.

Entre os augúrios de criativa polifonia e o espectro sombrio da cacofonia, o que teria a oferecer um campo de conhecimento como legado crítico, e não como mais um nicho estéril de auto-reprodução, mas efetiva contribuição ao debate? Que vetores, se é que ainda seria possível os localizar, singularizariam tal campo em meio à autocrítica

demolidora dos marcos epistemológicos e disciplinares tradicionais? Que questões o animariam?

Em caráter ensaístico, apoiado tanto em aspectos autobiográficos quanto em uma apreciação de aspectos atuais do campo acadêmico e da esfera pública, procuro contribuir à discussão sobre a singularidade e impacto da etnomusicologia no recente debate público sobre a música no Brasil a partir de sua relativa consolidação institucional nas últimas três décadas, ressaltando a interseção de temas como a relação entre âmbitos da produção musical e cultural, as políticas públicas em diversas áreas e a dinâmica dos conflitos societários em diversas escalas, retomando iniciativas anteriores no âmbito da ABET (ver mesas-redondas e temáticas gerais ou de GTs dos encontros nacionais e regionais).

Etnomusicologia como formação discursiva

Meu conhecimento inicial da existência de um campo de conhecimento denominado “etnomusicologia” deu-se por volta de 1982. Seguindo informação de Carlos Galvão, colega docente no curso de Licenciatura em Educação Artística-Habilitação Música da Universidade Federal da Paraíba, cheguei a um livro de curioso título, *The ethnomusicologist*, de Mantle Hood (1971), numa época em que o termo “etnomusicologia” ainda soava um tanto novo, quicá exótico ou pretensioso, no meio musical brasileiro. Na época militando em partido político ainda clandestino, em que pese o clima de crescente otimismo em relação à redemocratização do país, das conversas iniciais com Galvão acerca da etnomusicologia, ficou-me a impressão de haver um campo de saber sobre a música com grande potencial para integrar o que, até então, eu via como aspectos empiricamente justapostos de minha vivência, o músico e o militante político. Explico: o militante encontrava dificuldades em articular teoricamente os ideais e práticas de transformação social que lhe pareciam urgentes ao trabalho do músico sobre matéria sonora. Essa articulação se me revelava mais perceptível em letras de canções (por exemplo, “de protesto”), que em termos das sonoridades; já o músico, embora buscasse estudar e apreender de modo sistemático processos populares de composição e interpretação, e, sob influência direta de Guerra-Peixe, de quem fora aluno, os integrar a processos assimilados em outros contextos, não conseguia entender mais claramente o que havia de político no fazer musical, a não ser quando inserido em atos de outra natureza, como comícios e manifestações públicas de crítica ao *status quo*, ou seja, ações com característica mais obviamente política. Lendo, porém, o livro *The ethnomusicologist*, sobreveio certa decepção, pois o mesmo pareceu-me distante de uma abordagem que pudesse fundamentar intervenções mais politizadas no debate público sobre as relações entre música e sociedade, em outras palavras, que fossem além do que já se fazia: por exemplo, determinadas letras de canções, com caráter crítico ou mesmo panfletário, ou a justaposição de sonoridades musicais a manifestações políticas, sonoridades essas muitas vezes absolutamente não-relacionadas ou mesmo contraditórias à própria natureza ou contexto de tais eventos. No entanto, percebi que o livro era inequivocamente um libelo pelo respeito e estudo de tradições musicais de povos do assim chamado Terceiro Mundo, embora com ênfase, a meu ver, em algo que merecia mais problematização: nomeadamente a complexidade dos aspectos sonoros das tradições ali destacadas (por exemplo, polifonias percussivas

africanas ou práticas instrumentais javanesas e balinesas), implicando, muito sutilmente, reconhecer-se o privilégio de um pesquisador-ouvinte ideal, com formação acadêmico-musical universitária de estilo ocidental (o próprio Mantle Hood sendo oboísta de formação). Para Hood, esse ouvinte ideal deveria mesclar conhecimento, sensibilidade e mesmo competência como músico em ao menos dois sistemas musicais contrastantes (bi-musicalidade), e também em análises laboratoriais que conferissem objetividade científica à descrição e, por conseguinte, à explicação dos fenômenos sonoros socialmente produzidos. Sua consequência política, segundo já avaliava na época, não iria além da legitimação do músico acadêmico formado segundo os padrões institucionalmente validados no Ocidente industrializado como fiel da balança entre o que, em música, seria significativo ou insignificante, refinado ou banal, em outras palavras, o bem e o mal.

Para alguém interessado, tanto àquela época quanto hoje, em requalificar continuamente o debate público por meio de processos autocríticos de construção de conhecimento, tudo isso parecia ainda frustrante, embora reconhecesse sua enorme abertura, de certo modo também política, em relação à apreciação da diversidade humana, se comparado aos enfoques etnocêntricos e classistas ainda hoje predominantes no debate público sobre a música no Brasil, e particularmente ao papel conservador, por vezes, aniquilador de diferenças, que tais perspectivas insistem em desempenhar no já penoso processo de redemocratização do país.

Outras leituras, porém, se sucederam, mostrando-me que, já na década de 60, e principalmente a partir do início dos anos 70, o campo da etnomusicologia, sob hegemonia norte-americana, se deixava impactar por uma literatura de viés mais antropológico, tendo como referência seminal outro livro, até mais antigo que *The ethnomusicologist*. Falo aqui, obviamente, do clássico *The anthropology of music*, de Alan Merriam (1964), lançando as bases de um olhar antropológico para o universo da significação sonora, a partir de suas relações de pertinência ou refração com o conjunto da cultura. Tal abordagem, de cunho científico-social, embora não dispensasse de toda a análise laboratorial voltada à descrição fenomenológica pretensamente objetiva, parecia abrir mais espaço a uma interrogação política das práticas musicais e, por assim dizer, à interrogação musical das práticas políticas, isto é, como práticas políticas eram estimuladas ou sutilmente reforçadas por meio de práticas musicais e vice-versa.

Em 1984, candidatei-me a uma bolsa de mestrado em etnomusicologia, iniciado em 1985 e concluído em 1987, sob orientação de David Stigberg, no Departamento de Musicologia da Escola de Música da Universidade de Illinois em Urbana-Champaign, onde eventualmente concluí também o doutoramento, na mesma área, em 1992, sob orientação de Bruno Nettl. Durante esse percurso, e em meio ao contraste mais amplo entre abordagens de ênfase mais antropológica ou musicológica, já antecipado pelas leituras anteriores já citadas, familiarizei-me mais com a base interdisciplinar, comparativa e intercultural daquele campo de estudos, bem como pude conhecer as exegeses históricas existentes de sua delimitação no conjunto de saberes sobre matéria musical, com ênfase quase absoluta em contribuições germânicas e anglo-saxônicas, assim como procurei assimilar o incandescente debate interdisciplinar fundado na autocrítica das relações coloniais à base de disciplinas de base etnográfica, que começava a se difundir nos EUA a partir de meados dos anos 80, marcadamente após a

publicação de *Writing culture* (CLIFFORD; MARCUS, 1986) e *Anthropology as cultural critique* (MARCUS; FISCHER, 1986).

O que sugiro aqui, com essa digressão autobiográfica, creio ser próprio a campos de conhecimento com algo singular e substancial a dizer: como típico de uma formação discursiva, tal qual expresso por Michel Foucault (1987) em sua *Arqueologia do saber*, um campo relevante de produção de conhecimento envolve embates, alianças e mediações legitimadas eventualmente até mesmo pelas partes antagônicas, consciente ou inconscientemente. Assim, sem que meu trajeto particular seja o único possível no campo da etnomusicologia a partir da segunda metade dos anos 80, evidencia o potencial deste campo em tornar mais clara a contribuição que a produção de conhecimento acadêmico sobre a música, realizada sob marcos autocríticos, gerados e renovados em permanente debate público, pode trazer não somente à compreensão dos processos de significação de base sonora, mas também à discussão mais ampla sobre as relações sociais em diferentes contextos.

Música e esfera pública no Brasil

No Brasil, mas de resto pelo mundo afora, são hoje muitas as áreas da esfera pública, no sentido habermasiano da palavra, que tomam a música como ponto de inflexão importante. Além de sua óbvia e histórica presença na pauta dos debates sobre cultura, educação, mídia ou entretenimento, realizados em fóruns como jornais, revistas, programação radiofônica e televisiva, simpósios e congressos, e mais recentemente *chats*, blogs e *sites*, a música tem sido cada vez mais tratada como vetor pertinente à formulação de políticas e à gestão pública em diversas áreas anteriormente vistas como não tão próximas ou mesmo distantes, como economia, turismo, variadas concepções de direito (humanos, autorais, culturais), segurança pública, saúde e promoção do bem-estar. Tal quadro, certamente integrado à progressiva aparição e naturalização do que George Yudice (2006) denominou “cultura como recurso”, isto é como ferramenta de ação social e não mais exclusivamente como expressão de subjetividades excepcionalmente dotadas de conhecimento, sensibilidade e, em certos casos, técnica, faz com que se amplie e diversifique consideravelmente o espectro de sujeitos e discursos que reivindicam pertinência para falar de música. Tal concepção envolve, assim, algo muito além de posições mais sedimentadas no tempo e no espaço dos regimes de propriedade privada, que valorizam sua associação ora como projeção de imanência do belo (ver TERRA, 2010), ora com padrões e valores estéticos ou culturais socialmente construídos e, em determinadas conjunturas, expresso como criação de determinados produtos (por exemplo, música vocal e instrumental, performances, gravações), por autores individuais, em isolamento ou em colaboração, reconhecidos como seus proprietários.

Amplificadas por uma miríade de tecnologias mais e mais onipresentes em nossas vidas nos quatro cantos do mundo, múltiplas vozes se fazem ouvir acerca do que venha a ser música e de como deveria ser acionada e gerida no dia-a-dia, vozes que se apropriam reciprocamente uma das outras, produzindo simultaneidades, em que ora se pode perceber um sentido relativamente concorde, polifônico, ora uma confusa e desfibrada cacofonia. Assinale-se, a tempo, que tal conjuntura que, denomino sócio-acústica, vem sendo objeto de autocrítica no campo da etnomusicologia tanto no Brasil, como

encontrado no relatório final do I ERABET-SE, quanto no exterior, a exemplo da Seeger Lecture, evento central do Encontro Anual da Sociedade de Etnomusicologia dos EUA, em 2007, proferida pelo folclorista e gestor cultural Bill Ivey (2009), esta conclamando a etnomusicologia do século XXI a investir na integração dos diversos níveis da educação, fomentando fluxos de conhecimento entre universidade e ensino básico, bem como dirigir crescente atenção ao lugar da diversidade musical em políticas públicas.

A partir de um estudo de caso a ser exposto em seguida, proponho que a etnomusicologia, entendida não meramente como instância de auto-reprodução, mas como referência de uma contínua requalificação do debate público sobre as relações sociais, possa desempenhar um papel particular na mediação entre interesses e referenciais muitas vezes antagônicos e desiguais.

Etnomusicologia e gestão pública: um estudo de caso

Iniciando esta discussão por seu aspecto mais óbvio, ressalto que a relação entre pesquisa acadêmica e gestão pública é via de mão dupla, compreendendo desde complexas desconstruções e reelaborações teóricas de iniciativas concretas de formuladores e gestores de políticas públicas a tentativas mais ou menos bem sucedidas de apropriação prática ou instrumentalizadora, por gestores públicos, de concepções de mundo moldadas por pensamento ideal, mas não garantidamente crítico. Tal relação deve ser compreendida, portanto, como objeto de um extenso debate público, colocando em jogo os limites da participação social, ou, em outras palavras, do jogo democrático.

Se esse debate é frequentemente realizado de forma indireta, sem que os agentes situados em cada um dos pólos, pesquisadores e gestores, tenham necessariamente ciência de sua interrelação, muitas vezes se produz de forma direta, envolvendo relações pontuais como a atuação do acadêmico em consultoria, prestação de serviços ou em determinados fóruns de governança. Outra possibilidade, quiçá a potencialmente mais conflituosa de todas, ocorre quando o pesquisador acadêmico passa a integrar a gestão pública, mormente quando aquele não possui vínculos partidários anteriores, que o pré-alinhariam, ao menos em tese, a pontos programáticos orientadores da respectiva gestão.

Baseado simultaneamente em experiência extensa em pesquisa ação-participativa em áreas urbanas populares do Rio de Janeiro (Bairro Maré, morros do Salgueiro e da Formiga) e em breve passagem (primeiro semestre de 2009) pela gestão municipal da cultura na mesma cidade, ambas com foco na área de música, comentarei aqui os potenciais e desafios à integração do trabalho acadêmico à função de gestão pública, tomando como eixo o aprofundamento do processo democrático e a qualificação contínua do debate público sobre as políticas públicas. Para tal, tomarei como referências iniciais alguns dos pontos cardeais da virada epistêmica das humanidades intensificada nas últimas décadas do século XX, de modo a empreender um breve estudo de caso em torno do assim chamado Segundo Turno Cultural, ação conjunta entre as gestões municipais respectivas da educação e da cultura na cidade do Rio de Janeiro em prol da implantação de atividades escolares em tempo integral nas escolas públicas de ensino fundamental. Examinarei, assim, a maneira simultaneamente errática e reveladora como as discussões do programa público se desenvolveram desde o início

da gestão em 2009, passando por um comentário sobre seus resultados em escola específica de ensino fundamental. A partir dos mesmos referenciais críticos, analisarei, por fim, os caminhos e os resultados de um trabalho de pesquisa-ação conduzido no segundo semestre do mesmo ano, na mesma escola, por uma equipe acadêmica, coordenada pelo autor, já desvinculado da gestão municipal, equipe essa composta por universitários e alunos de ensino médio participantes de um projeto de pesquisa e extensão.

Virada epistêmica nas humanidades e suas implicações

Não obstante haver hoje, entre as disciplinas etnográficas, considerável consenso quanto à necessidade de superação de certa “normalidade” em seu *modus operandi*, assentada de fato em relações de assimetria de poder e dominação, entendo não haver tanta clareza quanto a suas implicações para os estudos empíricos, notadamente os de caráter etnográfico, em que ainda prevalecem noções como prestígio da autoria individual, controle exclusivo do pesquisador acadêmico de objetivos, referenciais, métodos, tempo e formas de divulgação do trabalho de pesquisa, assim como ênfase no caráter “neutro” do conhecimento, ou sua relação distanciada, “desinteressada”, em relação a suas eventuais aplicações.

Procurando dar resposta à altura a essa forte tendência à reprodução de modelos etnográficos que reforçam a reificação da autoridade acadêmica, equipes do Laboratório de Etnomusicologia da UFRJ (doravante LE-UFRJ), em seu trabalho de pesquisa-ação participativa na Maré, Rio de Janeiro, têm atuado como mediadoras dos respectivos processos de formação de grupos de pesquisa entre moradores das populações locais, a partir da ideia de se analisar a música como possível eixo de discussões sobre aspectos da vida social a ela relacionados, como os vãos e desvãos da política em seus diversos âmbitos, formas de sociabilidade, o mundo do trabalho, ou a hierarquização de diferenças sob critérios os mais diversos (raça, gênero, idade, opção sexual, origem regional e outras). Assentados em princípios dialógicos encontrados no legado pedagógico de Paulo Freire (1970), tais processos levaram pouco a pouco ao amadurecimento de questões de interesse mais premente dos moradores participantes dos grupos de pesquisa (cerca de 70 em sete anos), redundando em formulação pelos mesmos de questões de pesquisa, definição de estratégias para responder às mesmas, atividades de documentação acerca do impacto da música na vida social local e a correspondente formação de acervos multimídia de documentação. Essas atividades, em tempo, dariam ensejo a apresentações públicas dos resultados de pesquisa em fóruns acadêmicos e extra-acadêmicos, e um número crescente de publicações, em geral, coletivas, chegando a obter ressonância em certos âmbitos da academia, da população-alvo da própria área pesquisada, da esfera política e dos movimentos sociais.

O acadêmico na gestão; uma etnografia da relação público-privado

O convite à nossa participação na gestão municipal da cultura, formulado, ao final de 2008, pela então futura titular da Secretaria Municipal de Cultura (SMC) da cidade do Rio de Janeiro, Jandira Feghali, relacionou-se em grande medida a esses antecedentes.

Entre as propostas de gestão por ela apresentadas, julguei de maior interesse a de integração de ações com a Secretaria Municipal de Educação (SME), com vistas ao oferecimento de oficinas culturais no segundo tempo escolar, como parte de um programa de tempo integral a ser desenvolvido em 150 escolas localizadas nas áreas de mais baixo IDH da cidade. O referido programa, que previa também a participação da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer nas atividades de contraturno, foi objeto do primeiro decreto do novo prefeito, assinado no dia de sua posse, em 1º de janeiro de 2009, e estabelecendo um prazo de noventa dias para sua implantação.

Como Gerente de Música da SMC, participei de uma equipe mista de técnicos das secretarias envolvidas para formulação das idéias orientadoras dessa ação conjunta, procurando incluir, na medida do possível, os princípios e métodos afins aos projetos de pesquisa-ação participativa anteriormente desenvolvidos, com relativo sucesso, através da universidade. Após uma sucessão de reuniões em que se observava frequência não uniforme de determinados participantes, encontros esses com foco bastante disperso, parecendo longe de avançar rumo a qualquer consenso, duas informações caíram como bomba sobre esse já confuso quadro: 1- outro grupo da SME, sem participação da SMC, estaria trabalhando sobre o mesmo propósito, ou seja, atividades de contraturno; 2- as respectivas direções das escolas já teriam enviado no ano anterior ao Programa Mais Educação, do Ministério da Educação, seus respectivos cardápios de atividades para o contraturno, utilizando, portanto, um expediente de financiamento criado em 2007, que confere às direções de escolas a capacidade de escolher tais atividades, em geral contratadas, por procedimento de tentativa e erro, a ONGs e “oficineiros” avulsos (pessoa física supostamente capacitada a conduzir as atividades). Isso foi, obviamente, a gota d’água para que se convocasse com urgência uma reunião conjunta de todos os âmbitos de governo envolvidos, educação, cultura, e esportes e lazer, sob a coordenação dos respectivos secretários municipais. A trajetória e afiliação partidária de cada um destes últimos certamente denotava com exemplaridade não apenas a colcha de retalhos política responsável pelo êxito na renhida batalha eleitoral de 2008, mas, ainda mais intensamente, a enorme dificuldade de afinação de perspectivas programáticas e de gestão. Os princípios de autonomia discutidos por Paulo Freire e seus desdobramentos em atividades de formação de seres autoconscientes e comprometidos, divisores de água entre horizontes políticos incompatíveis, nitidamente passavam muito distantes das discussões, bastante pautadas por ênfase na terceirização de atribuições do Estado a organizações não-governamentais, algumas das quais presentes a reuniões teoricamente internas ao governo, a convite formulado por gestores municipais, evidenciando a naturalização de relações promíscuas entre público e privado que vinham de gestões municipais anteriores.

Em determinado momento desses encaminhamentos tortuosos, e constatando o grau de dificuldade, para não dizer impossibilidade, de se embutir um mínimo de conteúdo auto-reflexivo em programa escolar de grande alcance, solicitei à Secretária de Cultura uma intermediação junto à Secretária de Educação, para que se pudesse fazer ao menos uma reunião mais reservada à participação de quadros de governo, para exposição e apreciação mais detalhada dos projetos de pesquisa-ação desenvolvidos pelo LE-UFRJ, seus pilares paulofreireanos e, em especial seus resultados. Tal reunião, de fato ocorrida, contando com a presença das duas secretárias, se revelaria o ponto final em qualquer expectativa de reversão de um processo de diluição do potencial de se deslanchar um programa mais articulado de atividades culturais reflexivas no contraturno escolar,

desmanche esse culminado pela reação impermeável da titular da pasta da educação, alegando já ter visto muitas propostas “em tese reflexivas, encobrirem proselitismo”. Pedido de exoneração a caminho, fim da etnografia de gestão, regresso à gestão de etnografias.

A volta “por baixo”; políticas públicas focais em sinergia

Regressando à universidade, retomei com intensidade o trabalho de pesquisa-ação no Bairro Maré. A breve experiência na Prefeitura havia demonstrado a urgência de iniciativas que promovessem auto-reflexão entre produtores de cultura, difícil via de requalificação do debate político sobre a gestão municipal.

Numa das duas reuniões semanais com o coletivo de pesquisadores no projeto desenvolvido pelo LE-UFRJ em dependências do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré, e à base do conhecimento obtido durante a participação na gestão pública, aventamos a possibilidade de oferecimento, a uma escola municipal local, de atividades de contraturno semelhantes às desenvolvidas regularmente pelos integrantes do coletivo em questão, basicamente envolvendo formação dialógica em pesquisa musical, documentação e publicação de produtos reflexivos em diferentes formatos (mapas, textos, vídeos etc.). Uma das pesquisadoras do grupo, aluna de graduação em Pedagogia da UFRJ e moradora local, com dois filhos matriculados em uma das escolas públicas lá sediadas – sugestivamente, uma das 150 Escolas do Amanhã, programa piloto de tempo integral escolar da Prefeitura já mencionado – se encarregou dos contatos iniciais com a respectiva direção. A um aceno positivo desta, elaboramos coletivamente uma proposta bem aberta de intervenção, apresentada oportunamente em uma reunião com a diretora e a presença de um bom número de participantes do coletivo de pesquisa, estudantes universitários e do ensino médio. Ela consistia de dois encontros semanais por turma (três turmas de 9ª série, com participação voluntária), cada um com noventa minutos de duração, que partiriam, assim como o projeto inicial do LE-UFRJ na Maré em 2004, de perguntas aparentemente simples como “o que é música para você”, “o que você ouviu”, “por que” etc., para se chegar pouco a pouco a reflexões coletivas mais aprofundadas sobre a relação da música com outros aspectos da vida social.

Após uma discussão versando exclusivamente sobre os detalhes de execução, como os seus possíveis locais, infraestrutura e horários, a proposta inicial foi aceita e a oficina iniciada ao final de agosto do mesmo ano. Alguns aspectos, porém, se revelariam um tanto problemáticos durante a execução propriamente dita da oficina, como a divulgação insuficiente em função de seu início tardio em relação ao andamento do semestre letivo, a frequente mudança de espaços, ou a inexistência de professor específico de música na escola, gerando, por um tempo, certa ambiguidade quanto à possibilidade, a tempo dissipada, de a oficina ser contabilizada simultaneamente como aula efetiva de música, e não exclusivamente como atividade de contraturno. Materializava-se, assim, o que antecipávamos como a viabilidade de, mesmo em meio aos muitos percalços decorrentes de práticas comuns anteriores, atreladas a relações tendencialmente promíscuas entre público e privado já assimiladas como *habitus* escolar (BOURDIEU; PASSERON, 1975), dar início a uma integração qualitativamente diferenciada de ações entre atividades culturais e educacionais com sentido reflexivo, e, significativamente, tal ocorria em uma das Escolas do Amanhã, programa piloto de turno integral na rede de

ensino municipal, com autonomia em relação à gestão central, que, como visto acima, a considerou dispensável, senão perigosa, como política de abrangência mais geral.

Contornados alguns percalços, as atividades progrediram, e, aproximando-se o final do ano letivo, foram solicitadas aos participantes ideias acerca do produto final de cada uma, que poderia, caso assim o decidissem, ser apresentado em evento de encerramento no pátio de entrada da escola, com participação de todos os segmentos da escola e dos responsáveis pelos alunos. Tendo passado por uma formação introdutória à geração e edição de imagem em vídeo durante a oficina, as duas turmas decidiram pela realização de um vídeo-documentário sobre as perguntas que, segundo os participantes, ecoaram em suas mentes durante todo o semestre (que é música, quem, o que e porque se ouve), mas para este fim, feitas a seus colegas, professores, a diretora inclusive, e funcionários técnico-administrativos da escola.

A atividade de encerramento do ano letivo, perante um pátio repleto de assistentes, compreendeu exposição de trabalhos realizados em diferentes disciplinas, em geral expostos em suportes de cartolina afixados às paredes, e apresentações de outras oficinas de contraturno, como canto coral e capoeira. A exibição do vídeo-documentário da “oficina de música” surpreendeu a todos, como ficou explícito principalmente pela reação festiva e estridente dos alunos à aparição no mesmo de alguns de seus colegas, ora como âncoras do documentário, ora como entrevistadores, ou às respostas de seus “velhos desconhecidos”, companheiros de comunidade escolar (professores, técnico-administrativos e alunos), alguns dos quais falando pela primeira vez diante daquele público, naquele espaço, sobre algo visto quiçá como irrelevante, desnecessário ou mesmo impróprio à rotina escolar.

O sucesso relativo dessa primeira experiência – na contramão, como reportado acima, dos prognósticos contrários da titular da pasta da educação, que me levaram, em última instância, a sair da gestão pública – levou a uma reedição da oficina, para uma só turma, durante o segundo semestre de 2010, que também resultaria em proposta de vídeo-documentário. Desta feita, seguindo a pista de uma das discussões que mais motivaram os participantes dessa segunda edição, foi escolhido como tema o impacto de um grupo musical pop de muito sucesso entre adolescentes, e da adoção de determinados aspectos visuais de sua imagem pública por jovens da escola e da Maré. No processo de realização de entrevistas entre os alunos, passou-se do que os próprios proponentes acreditavam ser um documentário sobre o referido grupo musical a um exame de ampla gama de questões sobre a experiência de jovens moradores de favela, como preconceito, violência, etnicidade, diversidade e, não necessariamente em ordem de prioridade, relações com a música e a dança.

Considerações finais?

Em 2011, propusemos à direção da escola entregar, para os arquivos da mesma, cópias dos três vídeos realizados até então, aproveitando a ocasião para atendermos um de nossos objetivos iniciais, até então não cumprido, qual seja, estabelecer um diálogo com os professores acerca de nossa atividade em contraturno. Tal ocorreu pela primeira vez em reunião do conselho de classe, numa manhã de abril de 2011. Presentes quase todos os docentes e um bom número dos participantes do coletivo de pesquisa de moradores

da Maré, fizemos uma introdução explicando verbalmente a natureza e os resultados gerais do trabalho, passando em seguida à exibição dos vídeos, antecedendo uma discussão sobre tudo ali exposto. Após a projeção, seguida de palmas calorosas, a discussão abordou questões como a qualidade do trabalho realizado pelos alunos da 9ª série participantes e o conteúdo das diversas falas, mas, acima de tudo, a perplexidade dos professores com a desenvoltura de alunos considerados “introvertidos”, ou mesmo “problemáticos”. Uma professora observou que o esforço que os docentes têm que fazer para dar conta de seus respectivos programas pode não deixar espaço a interlocuções mais detidas com os anseios e necessidades de seus alunos, e menos ainda com os que apresentam comportamentos percebidos como problemáticos, ao que outra comentou brevemente que algumas vezes os conteúdos programáticos eram de tão pouca importância, logo seguida por outra colega, que ressaltou a relação por ela percebida entre o que, quanto e como os alunos falavam e faziam no vídeo com a capacidade de seus interlocutores, ministrantes da oficina, de tão somente se dispor a ouvir.

Durante toda a discussão, por cerca de uma hora, era-me impossível deixar de pensar na trágica ironia de não ter logrado algo semelhante em cargo de gestão pública, presumivelmente com mais influência sobre o mesmíssimo programa que me permitia, enquanto acadêmico com referência na etnomusicologia e seu legado polifônico, mediador de saberes, que aqui tentei apresentar como singular ao debate público contemporâneo sobre a música, resultados tão alvissareiros em termos de articulação entre políticas públicas, desde as voltadas à melhoria de índices educacionais no ensino fundamental às de fomento à pesquisa acadêmica, de integração entre os diversos níveis do sistema educacional público, colocando em cheque certos discursos imobilistas de manutenção do fosso entre ensino público básico e superior, de formação reflexiva de novos sujeitos de conhecimento, tema caro à virada epistêmica das humanidades acima aludida, e, ainda mais significativamente, de aprofundamento do processo democrático nos mais diversos âmbitos. Em empreitada como essa, nenhuma pertinência ou relevância é garantida de antemão a qualquer campo de saber, exigindo um repensar contínuo, não raro contundente, de seus pressupostos, e exposição crescente de seus pretensos resultados.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Samuel et alli. “Conflict and violence as conceptual tools in present-day ethnomusicology; notes from a dialogical experience in Rio de Janeiro”. *Ethnomusicology*, v. 50, n. 2, p. 287-313, 2006.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

CLIFFORD, James; MARCUS, George E. *Writing culture; The poetics and the politics of ethnography*. Berkeley: University of California Press, 1986

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1970.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 3ª. ed. Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

HABERMAS, Jurgen. *The structural transformation of the public sphere*. Trad. Thomas Burger e Frederick Lawrence. Cambridge, MA: The MIT Press, 1989.

HOOD, Mantle. *The ethnomusicologist*. Nova York: McGraw-Hill, 1971

IVEY, Bill. Ethnomusicology and the twenty-first century music scene (Seeger Lecture, Encontro Anual da Society for Ethnomusicology, 2007), *Ethnomusicology*, Vol. 53, No. 1, p. 18-31, 2009.

MARCUS, George E.; FISCHER, Marcus J.. *Anthropology as cultural critique; An experimental moment in the human sciences*. Chicago: The University of Chicago Press, 1986.

MERRIAM, ALAN P. *The anthropology of music*. Evanston, Illinois: Northwestern University Press, 1964.

NETTL, Bruno. *Heartland Excursions: ethnomusicological reflections on schools of music*. Urbana: University of Illinois Press, 1995.

TERRA, Ricardo. Pode-se falar de uma estética kantiana? IN *Kant e a música*. Org. Ubirajara Rancan de Azevedo Marques. São Paulo: Ed. Barcarolla; p. 15-28.

YÚDICE, George. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.